



Importância das eleições e voto consciente

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), consciente da importância das eleições gerais de 2010, oferece sua contribuição ao processo eleitoral, fornecendo informações para um voto consciente, a partir da elaboração e divulgação de diversas publicações sobre o comportamento parlamentar e também sobre o funcionamento das instituições.

Qualquer cidadão, mediante acesso à página do Diap na internet (www.diap.org.br), poderá ler na tela ou baixar arquivos de todas as publicações do órgão sobre comportamento parlamentar, desde o "Quem Foi Quem na Constituinte", passando pelo "Quem Foi Quem nas Reformas Constitucionais", até os boletins especiais com resultados de votações de interesse dos cidadãos e assalariados durante os dois governos Lula.

Também preparou, especialmente para estas eleições, duas cartilhas sobre como votar e como disputar eleições. A primeira, voltada ao cidadão consciente, explica o que fazem, para que servem e como funcionam as instituições, e lembra que os titulares dos poderes, com exceção

do poder Judiciário, são eleitos pelo voto popular, alertando o cidadão sobre a necessidade de escolher bem seus representantes. A segunda reúne dicas sobre como fazer uma campanha e também como votar de modo consciente.

Além disto, colocou em relevo na página dados sobre patrimônio, bases eleitorais, financiadores de campanha e votos nas matérias de interesse dos assalariados de todos os deputados federais em exercício. Quem desejar pode conhecer o voto de cada um dos 513 deputados em exercício em relação aos temas importantes votados nominalmente nesta legislatura, bastando para tanto acessar o portal do DIAP.

Neste pleito eleitoral, além do DIAP, muitas outras instituições colocaram disponível dados e informações sobre os candidatos e atuais ocupantes de mandato que concorrem a cargos em 2010, a começar pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral, e também por diversas entidades da sociedade civil, como as centrais sindicais, a AMB e a CNBB, além dos portais www.transparencia.org.br, www.congressoemfoco.com.br, www.votoconsciente.org.br e www.repolitica.com.br, este último

permitindo ao eleitor que identifique, entre os atuais parlamentares, aqueles que melhor se identificam com suas idéias. Todas estas fontes podem colaborar muito para um voto consciente.

A sociedade, o Parlamento e o Judiciário deram importantes contribuições no sentido de tornar as eleições mais limpas e os votos mais conscientes. A campanha em favor da Lei da Ficha Limpa foi um bom exemplo. A obrigatoriedade de preenchimento por mulheres de, no mínimo, 30% das candidaturas a que o partido desejar lançar nestas eleições foi outra medida importante. Também merece destaque a decisão dos tribunais de apreciar, celeremente, as consultas e processos sobre impugnação de candidaturas, especialmente em função das novas regras de inelegibilidade.

As instituições avançam, a transparência e o controle têm aumentado, e a democracia se fortalece. Está em curso uma importante mudança cultural, cujo resultado será mais ética e qualidade no exercício de funções públicas. Que esse processo de mudança se intensifique a cada eleição. Bom voto a todos.

A Diretoria

Eleições 2010

Perspectivas da Bancada Feminina no pleito de 3 de outubro

Páginas 3 a 4

Bancada Sindical

Movimento sindical precisa eleger seus representantes ao Congresso

Página 5

Custeio Sindical

Centrais sindicais apresentam proposta ao MPT

Páginas 11 a 12

Trabalhadores sem diploma poderão receber certificado do MEC

Trabalhadores sem diploma de educação formal, mas que queiram obter certificados que atestem os conhecimentos profissionais adquiridos ao longo da vida, contam agora com um programa dos Ministérios da Educação (MEC) e do Trabalho e Emprego (MTE) para requerer certificação.

O programa atende a trabalhadores nas áreas de música, pesca e aquicultura, turismo e hospitalidade, construção civil e eletroeletrônica.

Desde 16 de agosto, o Programa Certific passou a receber inscrições. De acordo com o MEC, o objetivo é atender trabalhadores que há muito tempo desempenham a mesma função, mas não têm a formação comprovada por um diploma.

Os interessados devem procurar uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet), que será responsável por expedir os certificados. A data limite é 10 de setembro

e a emissão dos certificados é gratuita.

O trabalhador será submetido a uma entrevista. Se for constatada a excelência já nesta etapa, ele receberá um certificado do instituto federal comprovando sua qualificação. Caso sejam constatadas falhas técnicas, o próprio instituto federal se encarregará de oferecer a formação ao trabalhador. Se for constatado déficit escolar, o trabalhador será encaminhado para uma escola de educação básica, para posteriormente receber o certificado.

Homologação na internet pode agilizar saque do seguro-desemprego

Em até cinco dias o trabalhador poderá efetuar o saque do seguro-desemprego no Tocantins, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraíba e no Distrito Federal. Neste mês, o Ministério do Trabalho e Emprego colocou disponível o sistema de homologação pela internet, o homolognet.

O sistema, que permitirá aos empregadores rescindir contratos de trabalho pela internet, foi lançado em fase experimental. Se for aprovado, a medida poderá ser obrigatória a partir de 2011. Entre as ferramentas disponíveis serão acrescentadas, por exemplo, o acesso de sindicatos às

informações mediante uso de certificação digital.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, afirmou que, com o homolognet, o tempo entre a demissão de um empregado e a concessão do seguro-desemprego será reduzido. A liberação do seguro leva, em média, 20 dias, prazo que poderá cair para apenas cinco, com a homologação feita pela rede. No momento, esta facilidade está disponível apenas no Distrito Federal e em quatro estados: Tocantins, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraíba.

Para fazer uma rescisão contra-

tual, o empregador precisa entrar no ícone homolognet, à direita da página do Ministério do Trabalho e Emprego na internet, e inserir dados como os números do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável pela empresa, além dos dados do empregado. Futuramente, o sistema compartilhará as informações da homologação com os processos do seguro desemprego e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O sistema pode ser acessado na página do Ministério do Trabalho: www.mte.gov.br

EXPEDIENTE

Publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF
www.diap.org.br
diap@diap.org.br
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

Edição

Viviane Ponte Sena

Redação

Alysson Alves, André dos Santos,
Antônio Augusto de Queiroz,
Marcos Verlaino e Viviane Ponte Sena

Diagramação

Fernanda Medeiros

Fone: (61) 3321-8200

Ilustração capa: Cerino

Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente: Celso Napolitano
(Sinpro/SP e Fepesp)

Vice-presidentes

José Augusto da Silva Filho (CNTC)
Wellington Teixeira Gomes (Fitee)
Aramis Marques da Cruz (Sindicato
Nacional dos Moedeiros)
Antônio de Lisboa Amâncio Vale (Sinpro/DF)
João Batista da Silveira (Saae/MG)
Lúcio Flávio Costa (CNPL)

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (Sindaf/DF)
Suplente: Carlos Cavalcante de Lacerda
(CNTM)
Secretário: Wanderlino Teixeira de Carvalho
(FNE)

Suplente: Ricardo Nerbas (Sintec/SP)
Tesoureiro: Izac Antonio de Oliveira (Fitee)
Suplente: Jacy Afonso de Melo (Seeb/DF)

Conselho Fiscal

Efetivos

Jânio Pereira Barbosa (Senge/DF)
Itamar Kunert (Sindicato dos
Administradores de Santos/SP)
José Aquiles de Almeida (CNTEEC)
in memoriam

Suplentes

José Edmilson Maciel (CSPB)
José Caetano Rodrigues (CNTS)
Clóvis Matoso Vilela Lima (Febrad)

Eleições de 2010: perspectivas da Bancada Feminina

Maria Lúcia de Santana Braga*

O fim das convenções partidárias e o registro das candidaturas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no início de julho trouxeram dados relevantes sobre o perfil de gênero nas eleições de 2010.

É possível prever um crescimento da bancada feminina no Congresso Nacional?

A minirreforma eleitoral de 2009 (Lei 12.034/2009) trouxe dois instrumentos importantes que podem aumentar a participação das mulheres no campo político: 1) os partidos políticos são obrigados a preencher 30% das vagas com candidaturas femininas e não mais somente reservar como previsto no texto legal anterior; e 2) os partidos deverão destinar determinado percentual da sua receita, nunca inferior a 5%, para promover programas desenvolvidos pelas mulheres, e obrigados a definir, no mínimo 10% do tempo de rádio e TV, para difundir e divulgar a participação política feminina.

O possível impacto da primeira mudança poderá ser medido nas próximas eleições. A partir dos dados divulgados pelo TSE, podemos indicar algumas possibilidades sobre a presença e a disputa das mulheres em relação aos cargos por estado e região.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

De imediato, pode-se perceber o aumento das candidaturas de

BRASIL		
M	F	Total
17.012	4.568	21.580
78,832%	21,168%	100%

REGIÃO NORTE			
UF	M	F	Total
AC	361	88	449
AM	363	115	478
AP	352	112	464
TO	248	45	293
RO	397	84	481
RR	394	116	510
PA	608	186	794
Total	2.723	746	3.469
%	78,65%	21,35%	100%

REGIÃO NORDESTE			
UF	M	F	Total
AL	348	95	443
BA	834	159	993
CE	563	160	723
MA	539	95	634
PI	296	96	392
SE	222	39	261
PE	600	95	695
PB	351	85	436
RN	271	52	323
Total	4.024	876	4.900
%	82,122%	17,878%	100%

REGIÃO CENTRO-OESTE			
UF	M	F	Total
DF	773	254	1.027
GO	652	153	805
MS	264	97	361
MT	324	88	412
Total	2.013	592	2.605
%	77,274%	22,726%	100%

Fonte: TSE, dados preliminares de 20/07/2010

mulheres em todas as regiões e estados brasileiros, atingindo o total geral de 21,16%. Ao olhar os percentuais de candidaturas de mulheres por região, o melhor índice é o da Região Sul com 26,1% de candidatas e o pior, o da Região Nordeste com 17,8%. Entre os estados, os dados são bastante semelhantes, com a maior parte em torno de 20% de candidatas. Espírito Santo e Pernambuco têm o menor índice com 12,8% e 13,6%, respectivamente. Já Rio de Janeiro (27,9%) e Santa Catarina (28%) são os estados que mais aproximaram do cumprimento de 30% de candidaturas femininas.

Dessa forma, temos em 2010 um quadro mais favorável à ampliação do número de deputadas, atualmente de 45 na Câmara, tendo em vista que em 2006 eram somente 12,7% das candidaturas. Entretanto, cabe considerar que muitas dessas candidaturas não possuem o suporte necessário - político, partidário e financeiro - para as campanhas, o que as inviabiliza no processo eleitoral.

Mesmo assim, é possível estimar o crescimento da bancada feminina na Câmara em aproximadamente 20%, tendo em vista o número maior de candidatas, podendo chegar a 10,5% dos deputados federais.

SENADO FEDERAL

No Senado, o quadro não é tão favorável. Conforme o prognóstico divulgado pelo DIAP sobre as candidaturas ao Senado no início de julho, entre as atuais 10 senadoras, somente duas são candidatas à reeleição (Fátima Cleide - PT/RO e Lúcia Vânia - PSDB/GO). Quatro senadoras têm mandato

REGIÃO SUDESTE			
UF	M	F	Total
ES	453	67	520
MG	1.460	256	1.716
SP	2.535	620	3.155
RJ	1.944	754	2.698
Total	6.392	1.692	8.089
%	79,021%	20,979%	100%

REGIÃO SUL			
UF	M	F	Total
RS	714	256	970
PR	734	240	974
SC	412	161	573
Total	860	657	2.517
%	73,897%	26,103%	100%

até 2015: Marisa Serrano (PSDB/MS), Rosalba Ciarlini (DEM/RN), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Kátia Abreu (DEM/TO). As demais senadoras em final de mandato disputarão outros cargos como Patrícia Saboya para deputada estadual (PDT/CE) e Ideli Salvati (PT/SC) para o governo de Santa Catarina.

Entre as novas candidaturas, o DIAP avalia que aproximadamente dez candidatas têm chances na disputa nos estados: Heloisa Helena (PSol/AL), Vanessa Graziotin (PCdoB/AM), Lídice da Mata (PSB/BA), Maria de Lourdes Abadia (PSDB/DF), Rita Camata (PSDB/ES), Gleisi Hoffman (PT/PR), Wilma Faria (PSB/RN), Ana Amélia Lemos (PP/RS), Angela Portela (PT/RR) e Marta Suplicy (PT/SP).

PRÓXIMAS ELEIÇÕES

A subrepresentação das mulheres na política poderá sofrer mudanças mais significativas nas próximas eleições municipais

e gerais em 2012 e 2014. Tal previsão decorre do fato de que o fortalecimento da participação das mulheres nas instâncias partidárias e políticas acontecerá a médio e longo prazo, com a destinação da receita de no mínimo 5% dos partidos para os programas desenvolvidos pelas mulheres e a divulgação da participação feminina no rádio e TV, conforme também prevê a minirreforma eleitoral de 2009.

Esses instrumentos de fortalecimento das mulheres nos espaços políticos e partidários proporcionarão as condições para candidaturas femininas fortalecidas e sustentáveis. Além disso, a agenda de gênero poderá ganhar cada vez mais relevância nas plataformas dos partidos e dos candidatos e candidatas.

(*) Doutora em Sociologia, socióloga, é da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) e colaboradora do Diap. E-mail: mluciabraga@uol.com.br

O movimento sindical e as eleições gerais de 2010

Antônio Augusto de Queiroz*

As eleições gerais de 2010, tanto para presidente da República, quanto para o Congresso Nacional, terão importância estratégica para a classe trabalhadora.

Do resultado do pleito dependerá a relação dos trabalhadores, dos servidores e dos aposentados e pensionistas com o Governo Federal e com os deputados e senadores.

No caso da Presidência da República, qualquer que seja o resultado, os desafios para esses três grupos de assalariados (trabalhadores, servidores e aposentados), serão grandes em relação à situação atual.

Com Lula, que possui relações políticas e fraternais com esses segmentos, o acesso ao Governo, em geral, e ao presidente em particular, tem sido fácil, tanto por intermédio das centrais sindicais, como das entidades de categorias profissionais, inclusive com espaço nos fóruns e instâncias de diálogo.

Mesmo na hipótese provável de eleição de Dilma Rousseff, candidata oficial, a relação com os movimentos sociais estará longe da praticada durante os governos do presidente Lula.

Dilma Rousseff não é oriunda do movimento social, como Lula, nem possui afinidade ou proximidade com o setor sindical. Sua relação com esse segmento terá que ser provocada, seja por integrantes de seu futuro Governo, seja por intermédio de parlamentares que façam essa interlocução e mediação.

Se for José Serra, a situação então será tão ou mais difícil do que foi nos governos FHC.

Por isso, é fundamental que os trabalhadores elejam uma grande bancada identificada com os pleitos dos assalariados do setor público e da área privada, incluindo os aposentados e pensionistas.

Os parlamentares, no período pós-Lula, serão acionados para mediar conflito com o setor privado e com os governos - federal, estaduais e municipais - bem como para intermediar demandas com a Administração Pública.

O movimento sindical tem a obrigação de se engajar nas campanhas dos candidatos identificados com seus representados para eleger uma grande bancada, sob pena de retrocesso nos direitos sociais dos assalariados

No período do presidente Lula, o papel da bancada sindical no Congresso foi mais de apoio às propostas do Governo e resistências às investidas da bancada empresarial, como no caso da Emenda 3, do que de resistências às perseguições patronais e dos governos federal, estaduais e municipais.

No caso do setor público, o Governo Federal fortaleceu a máquina pública e reajustou os salários dos servidores, com isto os governos estaduais e municipais ficaram constringidos em enxugar a máqui-

na ou arrochar salários. A postura da União serviu de paradigma para os estados e municípios. Isto foi positivo para a luta sindical dos servidores.

No caso do setor privado, o setor empresarial evitou perseguir os trabalhadores durante o Governo Lula. Como estavam lucrando muito, não ousaram demitir exageradamente nem perseguir as lideranças.

Quem tentou fazer isto tomou bronca do presidente, caso da Vale e da Embraer, que ameaçou suspender os financiamentos do BNDES e acionar os fundos de pensão para substituir os dirigentes dessas empresas.

Sem Lula não há garantia de que a política de valorização dos servidores continue nem a certeza de respeito do setor empresarial ao movimento sindical e aos trabalhadores, o que irá exigir uma presença maior dos parlamentares identificados com os assalariados para abrir portas e mediar conflitos.

O movimento sindical, de trabalhadores e servidores, bem como as entidades de aposentados, por intermédio de suas lideranças, têm a obrigação de se engajar nas campanhas dos candidatos identificados com seus representados, inclusive contribuindo financeiramente para a campanha, para eleger uma grande bancada, sob pena de retrocesso nos direitos sociais dos assalariados.

(*) Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

A lógica das eleições presidenciais

Antônio Augusto de Queiroz*

Os resultados das eleições presidenciais são lógicos e, em geral, estão relacionados com o desempenho da economia, mesmo que o Estado não seja intervencionista. Isto vale para qualquer país democrático, inclusive Brasil e Estados Unidos.

A tabela abaixo - que informa os anos das cinco últimas eleições, o nome do presidente da República e sua popularidade na época, os eixos de campanha dos candidatos, o ambiente político no momento do pleito e os candidatos com melhor desempenho nas urnas - permite extrair três

conclusões importantes a respeito da sucessão presidencial, que demonstram a lógica dos resultados eleitorais.

A primeira conclusão é que há uma relação estreita entre o índice de popularidade ou de aprovação do Presidente da República e os votos recebidos por seus candidatos à sucessão, que, eventualmente, poderá ser o próprio presidente disputando a reeleição.

No pleito de 1989, o então presidente José Sarney não teve candidato à sua sucessão, mas nenhum dos candidatos dos partidos que lhe davam sustentação teve bom desempenho nas urnas. Os três mais votados foram Collor (PRN),

Lula (PT) e Brizola (PDT), tendo os dois primeiros disputado o 2º turno, com a vitória do primeiro.

Nas quatro eleições seguintes, segundo dados de Alexandre Marins, da Mosaico Consultoria, os índices de aprovação dos presidentes e o desempenho de seus candidatos foram muito próximos, conforme segue.

Em 1994, Itamar tinha 55% de aprovação e FHC, que era seu candidato e ex-ministro da Fazenda, teve 54% dos votos.

Em 1998, FHC era aprovado por 58% da população e teve 53% dos votos válidos em sua campanha de reeleição.

ANO DA ELEIÇÃO/ PRESIDENTE DA REPÚBLICA/ POPULARIDADE	EIXOS DE CAMPANHA	CIRCUNSTÂNCIA/ AMBIENTE	PRINCIPAIS CANDIDATOS
1989 – José Sarney baixa aprovação	Renovação ética e inclusão social	De mudança	Collor e Lula Collor foi eleito no 2º turno
1994 – Itamar Franco 55% de aprovação popular	Estabilidade econômica Plano Real	De continuidade FHC foi ministro da Fazenda de Itamar	FHC e Lula FHC foi eleito em 1º turno
1998 – FHC 58% de aprovação	Estabilidade econômica Medo do fim do Plano Real	De continuidade	FHC e Lula FHC foi reeleito no 1º turno
2002 – FHC 35% de aprovação	Geração de emprego e combate à pobreza	De mudança	Lula e Serra Lula foi eleito em 2º turno
2006 – Lula 63% de aprovação	Prosperidade econômica e ascensão social	De continuidade, com mudança de método gerencial	Lula e Alckmin Lula foi reeleito em 2º turno
2010 – Lula 85% de aprovação	Consolidação das conquistas sociais	De continuidade	Dilma e Serra

Em 2002, FHC tinha 35% de apoio e seu candidato, o ex-ministro do Planejamento e da Saúde José Serra, alcançou 39% dos votos válidos no segundo turno. Perdeu a eleição para Lula.

Em 2006, Lula tinha 63% de aprovação e foi reeleito com 61% dos votos válidos em segundo turno.

Em 2010, Lula tem aprovação superior a 85%. Se transferir 60% desse percentual para sua candidata, a ex-ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ela estará eleita em 1º turno.

A segunda conclusão é que cada campanha possui seu eixo central, que é importante tanto para ganhar a eleição quanto para governar.

O candidato que não estiver sintonizado com as políticas públicas sintetizadas pelo eixo da campanha não terá chance no pleito e, se for eleito e não implementá-las, terá problemas de governabilidade, como foi o caso do Collor.

Os eleitos, nos cinco últimos pleitos presidenciais, só o foram porque conseguiram transmitir para a população o compromisso com as aspirações simbolizadas pelo eixo da campanha.

Collor, por exemplo, desenvolveu uma campanha contra os marajás, que representavam o desperdício, a corrupção e a incompetência, além de ter prometido melhorias sociais. No Governo

não cumpriu nenhum dos dois eixos e foi afastado.

Já FHC foi coerente, na campanha, com os eixos de suas campanhas, focando na estabilidade econômica na primeira e, na segunda, no medo de que sem ele a estabilidade corresse risco.

O candidato que não estiver sintonizado com as políticas públicas sintetizadas pelo eixo da campanha não terá chance no pleito e, se for eleito e não implementá-las, terá problemas de governabilidade, como foi o caso do Collor

Mas, no Governo, foi coerente apenas no primeiro mandato, tendo mexido no câmbio, um dos pilares da política econômica, logo após a segunda posse, fato que afetou seu apoio popular e levou à derrota de seu candidato à sucessão.

Lula foi eleito e reeleito com discurso focado nos eixos das duas eleições: geração de emprego e combate à pobreza, na primeira, e prosperidade econômica e ascensão ou mobilidade social, na segunda.

No Governo manteve-se coerente com os eixos, fato que lhe assegurou a reeleição em 2006 e apoio popular superior a 80% no final deste segundo mandato.

A terceira conclusão se refere ao ambiente político, ou seja, ao senti-

mento de população em relação à continuidade ou mudança das políticas e práticas governamentais.

Sempre que as circunstâncias exigiam mudança, o presidente da República não elegia seu sucessor, do mesmo modo que nos momentos em que a conjuntura era favorável à continuidade, os presidentes eram reeleitos ou elegiam seus sucessores.

Para os candidatos do PSDB, no período pós-FHC, as circunstâncias sempre foram desfavoráveis. No caso de José Serra, quando ele foi o candidato da continuidade, em 2002, o ambiente era de mudança. Agora que é o candidato da mudança, o ambiente é de continuidade. Alckmin, em 2006, também foi o candidato da mudança num ambiente de continuidade.

Por último, o cenário sinaliza para continuidade da alta popularidade do presidente, que se envolverá cada vez mais na campanha, especialmente durante o horário eleitoral gratuito. E Dilma vem numa curva ascendente, e terá mais recursos para a campanha e mais espaço na televisão.

Com tantas evidências a favor da candidata oficial, salvo o surgimento de fato muito grave, Dilma Rousseff tende a ganhar a eleição, e, possivelmente, no primeiro turno.

(*) Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

Fidelidade partidária e importância das lideranças no Congresso

Desde 2007, somente PT, PDT, PCdoB e DEM não reconduziram parlamentares ao cargo de líder. Nas próximas legislaturas, o líder será o principal interlocutor entre a bancada e a direção do partido, pois, com a fidelidade partidária em vigor, o mandato passa a ser do partido e qualquer desvio de conduta do eleito pode lhe custar o mandato.

No editorial do Boletim do DIAP nº 240, de julho de 2010, o diretor de Documentação do Departamento analisa a decisão que foi tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

em 2007. Para Antônio Augusto de Queiroz, a principal mudança decorrente dessa decisão é “que os governantes (presidente da República, governadores e prefeitos) irão negociar apoio às políticas públicas com partidos e/ou lideranças partidárias na Casa Legislativa e não mais individualmente, no varejo, como sempre acontecia no Parlamento”.

A figura do líder partidário exerce função decisiva no Parlamento. É um dos principais cargos no arranjo institucional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ao lado da Mesa

Diretora. Os líderes partidários, que constituem o colégio de líderes têm a competência para dar celeridade ao processo decisório no Congresso Nacional mediante consenso.

Em 2010, a Câmara dos Deputados teve 23 líderes partidários, distribuídos em 19 partidos com representação na Casa, dois blocos parlamentares formados por PMDB/PTC e PSB/PCdoB/PMN/PRB, além da liderança do governo e da minoria.

Veja o quadro das lideranças com os índices de renovação.

HISTÓRICO DOS LÍDERES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, A PARTIR DE 2007

Ano	2007		2008		2009		2010		Índice de renovação
	Bancada	Líder	Bancada	Líder	Bancada	Líder	Bancada	Líder	
Governo	-	José Múcio Monteiro (PTB/PE)	-	Henrique Fontana (PT/RS)	-	Henrique Fontana (PT/RS)	-	Cândido Vaccarezza (PT/SP)	75% de renovação
Minoria	-	Júlio Redecker (PSDB/RS)	-	Zenaldo Coutinho (PSDB/PA)	-	André de Paula (DEM/PE)	-	Gustavo Fruet (PSDB/PR)	100% de renovação
DEM	57	Onyx Lorenzoni (RS)	59	ACM neto (BA)	57	Ronaldo Caiado (GO)	56	Paulo Bornhausen (SC)	100% de renovação
PMDB	93	Henrique Eduardo Alves (RN)	92	Henrique Eduardo Alves (RN)	95	Henrique Eduardo Alves (RN)	88	Henrique Eduardo Alves (RN)	Sem renovação
PP	42	Mário Negromonte (BA)	40	Mário Negromonte (BA)	38	Mário Negromonte (BA)	38	João Pizzolatti (SC)	25% de renovação
PSC	7	Hugo Leal (RJ)	11	Hugo Leal (RJ)	12	Hugo Leal (RJ)	16	Hugo Leal (RJ)	Sem renovação
PSOL*	3	Chico Alencar (RJ)	3	Luciana Genro (RS)	3	Ivan Valente (SP)	3	Ivan Valente (SP)	-
PTB	20	Jovair Arantes (GO)	20	Jovair Arantes (GO)	23	Jovair Arantes (GO)	25	Jovair Arantes (GO)	Sem renovação
PSDB	57	Antonio Carlos Pannunzio (SP)	56	José Aníbal (SP)	59	José Aníbal (SP)	57	João Almeida (BA)	75% de renovação
PT	82	Luiz Sérgio (RJ)	80	Maurício Rands (PE)	78	Cândido Vaccarezza (SP)	77	Fernando Ferro (PT/PE)	100% de renovação
PDT	23	Miro Teixeira (RJ)	25	Vieira da Cunha (RS)	25	Brizola Neto (RJ)	23	Dagoberto (MS)	100% de renovação
PPS	14	Fernando Coruja (SC)	14	Fernando Coruja (SC)	13	Fernando Coruja (SC)	15	Fernando Coruja (SC)	Sem renovação
PSB	29	Márcio França (SP)	30	Márcio França (SP)	29	Rodrigo Rollemberg (DF)	27	Rodrigo Rollemberg (DF)	50% de renovação
PCdoB	13	Renildo Calheiros (PE)	13	Jô Moraes (MG)	12	Daniel Almeida (BA)	12	Vanessa Graziottin (AM)	100% de renovação
PV	14	Marcelo Ortiz (SP)	14	Sarney Filho (MA)	14	Sarney Filho (MA)	15	Edson Duarte (BA)	75% de renovação
PR	41	Luciano Castro (RR)	42	Luciano Castro (RR)	43	Sandro Mabel (GO)	43	Sandro Mabel (GO)	50% de renovação
PTdoB	1	Vinícius Carvalho (RJ)	1	Vinícius Carvalho (RJ)	1	Vinícius Carvalho (RJ)	1	Vinícius Carvalho (RJ)	-
PMN	5	Francisco Tenório (AL)	5	Fábio Faria (RN)	5	Uldurico Pinto (BA)	3	Fábio Faria (RN)	75% de renovação
PHS	2	Miguel Martini (MG)	2	Miguel Martini (MG)	2	Miguel Martini (MG)	3	Miguel Martini (MG)	-
PRB	1	Léo Vivas (RJ)	4	Léo Vivas (RJ)	3	Cleber Verde (MA)	8	Cleber Verde (MA)	50% de renovação
PRTB	-	-	1	Juvenil (MG)	-	-	-	-	-
PTC	2	-	1	Carlos Wilian (MG)	2	Carlos Wilian (MG)	3	Carlos Wilian (MG)	-
PMDB/PTC	-	-	-	-	-	Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)	-	Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)	-
PSB/PCdoB/PMN/PRB	-	-	-	-	-	Márcio França (PSB/SP)	-	Daniel Almeida (PCdoB/BA)	-

- PSol, PTdoB, PMN, PHS e PTC têm bancada inferior a um centésimo dos membros da Casa, o que impede a nomeação de líder. No entanto, estas legendas contam com um representante para expressar a posição do partido durante as votações e fazer o uso da palavra durante o tempo destinado às comunicações de lideranças.

Atuação do PT na Câmara dos Deputados

Antônio Augusto de Queiroz*

A trajetória política do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados – sempre ancorada em assessoria profissionalizada, no rodízio anual de lideranças, na democracia interna e na disciplina partidária – teve quatro momentos marcantes, que ajudaram no crescimento e amadurecimento do PT ao longo das últimas sete legislaturas: 1) a votação no colégio eleitoral, 2) a constituinte, 3) o combate às reformas neoliberais de Collor e FHC, e 4) a sustentação aos governos Lula.

A primeira bancada, de apenas oito deputados federais, eleita em 1982 num contexto de intensa luta política pelas *Diretas-já* e pela derubada dos decretos-leis de arrocho salarial, era depositária de grande esperança de setores expressivos da sociedade brasileira, como os movimentos sociais, que desejavam o restabelecimento das eleições diretas para presidente, remoção do entulho autoritário e justiça social.

A rejeição das *Diretas* em 1984 deixou o partido e sua militância indignados. Legitimar o colégio eleitoral, naquele contexto político para o PT, significava desistir das eleições diretas para presidente da República. O partido, então, decidiu pelo boicote ao Colégio Eleitoral, fato que levou à punição dos parlamentares que lá compareceram e votaram na chapa Tancredo-Sarney.

A segunda bancada, de 16 deputados, eleita em 1986, participou do processo constituinte de forma intensa. Além do apoio às emendas populares, o PT elaborou seu próprio projeto de constituição, defendendo-

nas 24 subcomissões, nas oito comissões temáticas, na comissão de sistematização e no plenário.

O resultado das subcomissões, insuficiente para o PT e inaceitável para as forças conservadoras, levou ao surgimento do “Centrão”, que atuou para impedir os avanços sociais e rever a ordem econômica, especialmente na questão dos monopólios e do conceito de empresa brasileira de capital nacional.

O PT, sentindo-se derrotado na reforma agrária, na questão sindical e inconformado com a redução dos direitos trabalhistas conquistados nas subcomissões e comissões, decidiu votar contra o texto constitucional. Resolveu, entretanto, assinar a Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, reconhecendo os avanços alcançados em outros campos, inclusive com sua importante participação.

A terceira bancada, de 35 deputados, eleita em 1990, deu três contribuições importantes. Investigou os anões do Orçamento, foi determinante no impeachment de Collor e liderou a resistência à revisão constitucional, cujo propósito era anular as conquistas da Constituição de 1988.

A quarta bancada, de 49 deputados, eleita em 1994, fez o enfrentamento à investida em bases neoliberais do Governo FHC, particularmente nas reformas da ordem econômica, na reforma administrativa e previdenciária, com atuação nas comissões e no plenário, no âmbito Legislativo, e ingressando com ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo.

A quinta bancada, de 58 deputados, eleita em 1998, priorizou o combate ao processo de privatização das estatais, atuando para evitar a entrega do patrimônio nacional. Questionou a ausência de políticas sociais capazes de abrandar os efeitos da crise fiscal e combateu a supressão dos direitos sociais e dos servidores públicos.

A sexta bancada, de 91 deputados, eleita em 2002, deu sustentação política ao primeiro governo do presidente Lula, apoiando as propostas, inclusive a reforma da previdência, e promovendo a defesa do Governo, então pressionado por especulações de toda ordem, tanto dos setores retrógradas da elite econômica nacional, quanto do sistema financeiro internacional.

A sétima bancada, de 83 deputados, eleita em 2006, priorizou a agenda do 2º governo Lula, como educação, moradia e infraestrutura. Compartilhou o poder, mas brigou por maior aproximação entre as propostas governamentais e o programa e doutrina do partido.

A contribuição do PT ao processo político no âmbito do Parlamento federal, portanto, foi intensa e inovadora, tanto no método de organização da resistência, quanto na sustentação aos seus governos. Sua importância para a dinamização e autenticidade do Congresso é inquestionável.

(*) Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

Texto publicado originalmente na revista Teoria e Debate

Ponto eletrônico: portaria do MTE só entrará em vigor em 2011

O Ministério do Trabalho prorrogou para 1º de março de 2011 a entrada em vigor da Portaria 1.510/09, que definiu como as empresas devem se preparar para a nova regulamentação do Registro de Ponto Eletrônico. O objetivo do ato normativo é fiscalizar as fraudes na jornada de trabalho e controlar o uso abusivo das horas extras. Ao entrar em vigor, as empresas com mais de dez funcionários deverão ter um ponto eletrônico que emita comprovantes em papel quando o trabalhador registrar entrada e saída. A medida, contudo, não é obrigatória.

Logo depois da edição da Portaria, os sindicatos patronais manifestaram insatisfação com a medida. Para os patrões, a norma vai onerar as despesas com impressão de, no mínimo, quatro comprovantes diários além do aumento no custo da energia elétrica das máquinas. Para os trabalhadores, a alegação é que os comprovantes poderão não ser guardados adequadamente, de modo que seu objetivo de comprovação das horas trabalhadas poderá ser em vão.

Nos primeiros três meses de vigor do ponto eletrônico, os fiscais do trabalho, que se declaram favoráveis à medida, vão fazer apenas visitas educativas para orientar os empregadores, sem multá-los. Para o ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Carlos Lupi, a medida facilitará a atuação dos fiscais e tem como objetivo garantir os direitos dos trabalhadores.

Em nota publicada na página do ministério, há orientações para tirar dúvidas sobre o sistema. O MTE

lembra que o uso do ponto eletrônico não é obrigatório. Para quem aderir ao sistema, serão respeitados os limites estabelecidos na CLT. Empresas com até dez empregados, por exemplo, estão desobrigadas de usar qualquer tipo de ponto, manual ou eletrônico.

TRABALHADORES

Para o 1º secretário da Força Sindical, Sérgio Luiz Leite, a medida é positiva. Mas ele alerta sobre o uso dos comprovantes, "é um desperdício, em média, um trabalhador presta serviços durante 23 dias no mês. Se ele tirar quatro comprovantes por dia, dentro de um mês ele terá 92 e em um ano aproximadamente mil. É pouco provável que um trabalhador guarde tudo isso".

Ainda de acordo com o dirigente sindical, os empresários ameaçam com o retorno do ponto manual. Apesar do investimento de grande parte das empresas no país que optaram por um ponto eletrônico em seus estabelecimentos, já se discute o retorno ao velho meio de controle das horas de trabalhadas. Seria a volta das assinaturas do trabalhador em uma folha de ponto.

Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o problema foi a falta de negociação com as centrais que, de acordo com a entidade, conhecem as especificidades de cada setor e poderiam, assim, encontrar uma forma coerente para a adoção da medida. Algumas categorias têm negociações garantidas em convenções coletivas, as quais seriam desconsideradas com a adoção do modelo de ponto eletrônico sugerido pelo ministério.

Para Denise Motta Daul, secretária das Relações de Trabalho da CUT, "a portaria veio sem deixar explícito que os acordos coletivos onde o ponto é registrado de forma diferenciada serão respeitados; caso contrário os trabalhadores terão prejuízo".

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, confirmou que juntamente com as outras centrais sindicais (CUT, Força Sindical e CGTB) já havia sugerido ao Ministério do Trabalho a prorrogação do prazo de implantação da portaria por 90 dias. A UGT tem em sua base o Sindicato dos Comerciários de São Paulo, com mais de 1,2 milhão de trabalhadores, que trabalham nos finais de semana e necessitam de uma fiscalização mais criteriosa. Patah também reconhece a importância da medida, mas alerta que questões técnicas impedem a sua implantação pelas empresas.

PROJETO

Em meio à polêmica, o deputado Arnaldo Madeira (PSDB/SP) apresentou o projeto de decreto legislativo (PDC) 2.839/10, que susta a Portaria 1.510, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata do ponto eletrônico.

A matéria passará pelas comissões de Trabalho; e de Constituição e Justiça antes de seguir para o plenário da Casa. O projeto ainda não foi distribuído para que um parlamentar possa elaborar parecer. Outra medida no âmbito legislativo é um requerimento para realização de debate sobre a portaria na Comissão de Desenvolvimento Indústria e Comércio da Casa.

CUSTEIO SINDICAL

Centrais apresentam proposta ao Ministério Público do Trabalho

No dia 10 de agosto, as centrais sindicais entregaram ao procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Otávio Brito Lopes, propostas orientadas ao aperfeiçoamento da liberdade e da autonomia sindical no País.

Estas propostas deverão nortear as negociações do movimento sindical com o Ministério Público do Trabalho no tocante à compreensão de temas que visem erradicar práticas e condutas antissindicais.

Entre os temas destacam-se o custeio das entidades sindicais, a utilização do interdito proibitório no movimento de greves, a prática de atos atentatórios à atividade sindical e a organização dos trabalhadores nas empresas.

O Ministério Público do Trabalho/Procuradoria-Geral do Trabalho distribuiu orientações em relação à Contribuição Assistencial, aprovadas na 2ª Reunião Nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical, documento que não foi negociado com o movimento sindical.

Veja a íntegra da proposta das centrais:

Considerando que o Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria PGT/MPT 78, de 5/02/10, é o resultado da reunião das centrais sindicais abaixo qualificadas e a Procuradoria Geral do Trabalho;

Considerando que o Grupo de Trabalho, apesar do propósito inicial em estabelecer critérios uniformes

que envolvam o custeio do Sistema Sindical, ao longo do processo de negociação, as Centrais Sindicais unificaram o entendimento que devido à importância do assunto debatido, não comporta apenas o critério de custeio, mas também a representação sindical nos locais de trabalho, ação conjunta contra os interditos proibitórios, estabilidade dos dirigentes sindicais e práticas antissindicais;

Considerando a natureza deste Grupo de Trabalho e seus possíveis efeitos ou desdobramentos, as centrais mantêm a queixa formulada na Organização Internacional do Trabalho, autuada sob o número 2.739 e já em tramitação, sem qualquer efeito de modificação ou renúncia;

Considerando que ainda não estão envolvidos no debate o Judiciário e o Executivo, poderes que se articulam em diversas ações relacionadas ao objeto do presente GT;

As centrais sindicais alvitram e unificam o entendimento:

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As centrais sindicais entendem que o Ministério do Trabalho e Emprego e o Tribunal Superior do Trabalho devem participar das discussões do Grupo de Trabalho, objetivando ampliar o rol de temas a serem debatidos e equacionados.

De outro lado é importante salientar que mesmo no âmbito do MPT há necessidade de se estabelecer com maior clareza a natureza do Grupo de Trabalho, buscando levantar, para fins de avaliação e reflexão, o número de procedimentos investigatórios em

curso e de ações civis públicas ajuizadas e em tramitação que envolva os temas postos em pauta para a discussão do GT.

Custeio das entidades sindicais

As centrais sindicais consignam o entendimento de que a interpretação acerca da dotação do custeio das entidades sindicais deve ser àquela prevista nos julgados do Comitê de Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho, cujos princípios são pautados pela autotregulamentação e autonomia. O que não sugere desregramento e legalização da má-fé do processo de negociação coletiva (artigo 422, do Código Civil).

As centrais sindicais consideram o respeito à decisão da assembléia geral, órgão máximo e deliberativo dos trabalhadores, como princípio básico para o custeio das entidades sindicais.

Por outro lado, sugerem que o instrumento contenha menção expressa sobre o que as Centrais Sindicais consideram e que é necessária a existência de um "teto" contributivo razoável.

As centrais sindicais lembram a tempo aos interessados que qualquer vinculação contratual das entidades de trabalhadores, aos olhos da OIT, pode se revelar um atentado à liberdade sindical e ao artigo 7º, XXVI, da Constituição Federal.

O sistema de custeio deverá ser aprovado em Assembléia Geral, que será precedida de ampla divulgação no âmbito da representatividade,

convocado os trabalhadores sócios e não sócios, que poderão exercer o direito de oposição nessa oportunidade.

O custeio pressupõe a realização do processo de negociação coletiva, independentemente do resultado. O desconto e o repasse deverão ser procedidos pelas empresas, sob pena de configurar descumprimento de obrigação de fazer ou, conforme o caso, o crime de apropriação indébita.

UTILIZAÇÃO DO INTERDITO PROIBITÓRIO NOS MOVIMENTOS DE GREVE

A greve é direito universal e fundamental dos trabalhadores.

A legitimidade para instaurar inquérito na hipótese de ocorrer ilícito em paralisações é do Ministério Público, que deve exercê-lo, logo, faz-se necessário substituir a aberração da Ação Possessória - Interdito Proibitório - para obstruir movimento de greve - pela aplicação da própria lei de greve (Lei 7.783/89), que em seu artigo 15 regulamenta:

"A responsabilidade pelos atos praticados, ilícitos ou crimes cometidos, no curso da greve, será apurada, conforme o caso, segundo a legislação trabalhista, civil ou penal".

Parágrafo único. Deverá o Ministério Público, de ofício, requisitar a abertura do competente inquérito e oferecer denúncia quando houver indício de prática de delito".

ESTABILIDADE DOS DIRIGENTES SINDICAIS

Proteção contra dispensa arbitrária a partir do registro da candidatura e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, de acordo com o estatuto de cada entidade.

O número de dirigentes sindicais deverá considerar os critérios dos estatutos sociais de cada entidade

sindical e, especialmente, ser ratificado em norma coletiva.

PRÁTICA DE ATOS ATENTATÓRIOS À ATIVIDADE SINDICAL

Estabelecer um procedimento padrão para que as entidades sindicais apresentem ao Ministério Público os atos atentatórios à atividade sindical e o compromisso da instauração do inquérito civil e penal.

Configura conduta anti-sindical todo e qualquer ato do empregador que tenha por objetivo impedir ou limitar a liberdade ou a atividade sindical, consoante o seguinte rol não exaustivo:

"subordinar a admissão ou a preservação do emprego ao desligamento de uma entidade sindical;

"despedir ou discriminar trabalhador em razão de sua filiação a sindicato, participação em greve ou em assembleias, atuação em entidade sindical ou em representação sindical nos locais de trabalho;

"desrespeitar a estabilidade de dirigentes eleitos para mandato sindical;

"interferir nas organizações sindicais de trabalhadores;

"recusar-se à negociação coletiva ou a utilizar-se de meios que impeçam a realização do processo negocial.

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS

Estabelecer um procedimento uniforme para a aplicação da regra constitucional em "Acordo ou Convenção Coletiva" de critérios que garantam a representação dos trabalhadores nas empresas, inclusive para aquelas que possuam menos que 200 empregados, estabelecendo-se em qualquer caso, como critério essencial, a estabilidade do representante e de seu suplente.

O Ministério Público Trabalho e as centrais sindicais atuarão de forma conjunta com o escopo de dar cumprimento ao disposto no artigo 11 da Constituição Federal, bem como as previsões sobre o tema constantes em normas coletivas.

CONCLUSÃO

O debate desses temas terá prosseguimento com o Ministério Público do Trabalho, fazendo gestões em conjunto para agendar "debate" ou "encontro" com os ministros do Tribunal Superior do Trabalho e com o Ministério do Trabalho e Emprego, objetivando ampliar a discussão e possibilidade de procedimento futuro.

No âmbito de articulação e autonomia das entidades que participam do GT, há a necessidade de se aprofundar esses temas com o fim de se construir guias de boas práticas sindicais nos moldes recomendado pela OIT, preservando-se a autonomia sindical e conferindo à liberdade sindical o status constitucional que ela adquiriu.

São Paulo, 10 de agosto de 2010.

Antonio Neto

CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL

Wagner Gomes

CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL

Arthur Henrique

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Miguel Torres

FORÇA SINDICAL

José Calixto Ramos

NOVA CENTRAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL

Ricardo Patah

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES